

Prefeitura vai solicitar ao Banco Central emissão de mais títulos públicos para rolar parte da dívida, que vence no 1º semestre de 1996

Município de São Paulo deve R\$ 3,4 bilhões

por Sandra Gomide de São Paulo

A Prefeitura de São Paulo acumula uma dívida de R\$ 3,4 bilhões, dinheiro suficiente para um pacote de obras públicas que poderia incluir 142 mil casas populares, 14 quilômetros de linhas de metrô e 10 viadutos para aliviar o problemático trânsito da cidade. Embora não tenha investido em tantas obras quanto o montante da dívida sugere, São Paulo é considerada pelo Banco Central a cidade mais endividada do País, pois praticamente duplicou seus débitos nos últimos dois anos.

Do total dessa dívida, cerca de R\$ 2,2 bilhões referem-se a títulos municipais e o restante a contratos externos e internos para obras de grande porte, com pagamento a longo prazo. No mês que vem, o secretário municipal das Finanças, Celso Roberto Pitta do Nascimento, deverá solicitar ao BC a emissão de mais títulos públicos para rolar parte dessa dívida, que vence no primeiro semestre de 1996. O valor do pedido vai depender de uma equação formada pela arrecadação prevista para o ano que vem e o limite de 11% para o comprometimento da receita com o acerto dos débitos.

O secretário atribui o aumento da dívida à cobrança de altas taxas de juro que encarecem o serviço e aumentam seu valor a cada dia. Ele garante que os títulos emitidos na gestão do prefeito Paulo Maluf não aumentam os débitos porque são apenas papéis para rolagem de dividendos antigos, de gestões anteriores até Jânio Quadros (1985-1988). Além disso, a prefeitura passou a pagar as indenizações com correção monetária, o que não acontecia desde 1991.

Um relatório do BC constatou que a dívida mobiliária, ou seja, resultante da emissão de títulos, cresceu de R\$ 1,1 bilhão, em janeiro do ano passado, para R\$ 2 bilhões em março último. A prefeitura informa que a dívida cresceu 66% desde o início da gestão Maluf (em janeiro de 1993), passando de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2,2 bilhões, neste ano.

Pitta garante que os R\$ 606 milhões em títulos emitidos no final do ano passado para pagamento de indenizações não foram colocados no mercado e ainda estão guardados nos cofres do Tesouro municipal. "Não estamos precisando de dinheiro. Nossas finanças estão em ordem, e a arrecadação de impostos cresceu bastante", diz Pitta do Nascimento, um economista carioca de 48 anos, que guarda o terceiro maior orçamento do País, depois da União e do fali-do Estado de São Paulo.

Os números das Finanças mostram que, desde julho do ano passado, a prefeitura aumentou suas receitas orçamentárias em 45% e até agora não houve grandes alterações na arrecadação de impostos após a diminuição da atividade

econômica. "Se cair, deve ser, no máximo, em 3%, e por isso estamos tranquilos", afirma o secretário.

Somente a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) subiu nos primeiros sete meses deste ano (em relação ao mesmo período do ano passado) quase 50% (veja tabela). As multas de trânsito duplicaram e respondem a R\$ 12,8 milhões mensais, suficientes para 1,8 mil casas populares com preço médio de R\$ 7 mil cada uma.

O prefeito Paulo Maluf acredita que a situação está tão boa que já pensa em abrir mão dos R\$ 420 milhões de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que a Justiça determinou sejam cobrados da população paulistana como diferença das alíquotas progressivas criadas pela ex-prefeita Luiza Erundina, que ficou sem nenhum tostão dessa idéia.

O antecessor de Pitta nas Finanças, o economista Amir Khair, secretário no governo de Erundina, atribui a "um jogo político" o fato de ter sido impedido de cobrar as alíquotas progressivas do imposto na gestão Erundina, por serem elas consideradas inconstitucionais. Agora, a cobrança é perfeitamente legal. "Mas o prefeito só vai decidir sobre a anistia após a certeza dos termos da Justiça sobre essa questão. Até agora nada foi publicado no Diário Oficial", diz Pitta.

O serviço da dívida é a parte das finanças do município que mais pesa nas contas de Maluf. De janeiro a julho, Maluf investiu menos do que o previsto na área social, mas gastou bem mais com o pagamento de juros do que pretendia no orçamento para este ano (veja tabela). Os balancetes de Celso Pitta mostram que, até 31 de julho, os gastos na área social representaram 26% do total, mas a intenção da prefeitura ao elaborar o orçamento era de investir 35% – ou R\$ 2 bilhões – até o final do ano. "Isso mostra que as obras foram feitas com mais lentidão, mas os recursos estão reservados e não foram repassados para outras áreas", garante o secretário.

O vereador Odilon Guedes, representante do PT na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara,

Gastos da Prefeitura até 31/07/95 (Em R\$ milhões)				
Descrição	Orçado		Realizado	
Legislativo	88,8	1,5%	56,3	1,6%
Administrativo	206,1	3,6%	119,0	3,3%
Social	2.020,7	35,0%	934,1	26,0%
Serviços	591,7	10,3%	369,6	10,3%
Infraestrutura	1.184,6	20,6%	761,0	21,2%
Encargos	1.667,7	29,0%	1.352,2	37,6%
Total	5.759,6	100,0%	3.592,2	100,0%

Fonte: Secretaria das Finanças da Prefeitura de São Paulo

vem acompanhando de perto os gastos de Maluf e afirma que os investimentos em saúde, habitação e educação estão sendo deixados de lado. "Os vereadores aprovaram no orçamento a construção de 54 creches e 107 escolas neste ano, mas apenas oito delas estão sendo tocadas", afirma Guedes. Além disso, acrescenta ele, os gastos sociais até agora em alguns distritos da capital, como Ermelino Matarazo e Tatuapé, na zona leste (uma das regiões mais carentes da cidade) estão muito aquém do previsto.

Os números apresentados por Pitta, contudo, dizem que, apesar da dívida crescente, a situação financeira está melhor do que nos anos anteriores. "Em 1992, a prefeitura tinha déficit operacional primário, mas agora tem superávit". Segundo ele, a relação entre dívida e receita é de 0,85 e que antes de Maluf era de um para um.

Pelos cálculos do prefeito, mesmo após o aumento da dívida corrigida a juros de mercado, os próximos prefeitos poderão, se quiserem, quitar os R\$ 3,4 bilhões em cinco anos, sem comprometer os gastos com custeio e pessoal. A única exigência para cumprir esse prazo e deixar a casa em ordem será não investir em obras sociais e de infraestrutura. Isso certamente representa custo político muito alto para qualquer prefeito.

Até o final do ano, a prefeitura espera assinar ainda o contrato de US\$ 250 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a segunda fase do projeto Cingapura, de urbanização de favelas. Os cofres municipais já receberam o dinheiro do BID para a canalização de treze córregos na cidade, obra orçada em US\$ 80 milhões, dos quais US\$ 50 milhões vieram do exterior.

O dinheiro de São Paulo						
Receita	Jul/94	Jul/95	Jul/95 % Jul/94 %	Acum/94	Acum/95	Acum/95 % Acum/94 %
Receitas Orçamentárias	257.418,6	604.217,3	134,72	2.277.570,0	3.417.468,7	50,05
Receita Própria	257.418,6	349.926,2	35,94	1.904.153,0	2.515.426,3	32,10
Trib. Imobiliários	48.171,0	74.199,7	54,03	467.285,7	611.614,7	30,89
Trib. Mobiliários	80.683,6	111.846,3	38,62	396.247,7	593.939,2	49,89
InterVivos	8.541,1	12.908,5	51,13	50.508,2	87.996,7	74,22
Multas do DSV	3.788,6	12.886,2	240,13	24.146,4	56.366,7	133,44
Rec. Aplic. Fin.	20.007,5	5.959,7	-70,21	119.018,4	35.585,3	-70,10
ICMS	76.454,1	101.433,8	32,67	480.906,4	705.897,5	46,78
Demais Transferências	11.112,8	18.794,5	69,13	178.304,2	360.939,9	102,43
Outras Receitas	8.659,9	11.897,5	37,39	187.736,1	63.086,3	-66,40
Operações de Crédito	0,0	254.291,1	-	373.417,0	902.042,4	141,56
Títulos	0,0	254.291,1	-	324.687,8	873.544,1	169,04
Contratos Internos	0,0	0,0	-	47.815,7	774,7	-98,38
Contratos Externos	0,0	0,0	-	913,5	27.723,6	2.935,04
Receitas Extra-Orçamentárias	1.780,7	1.054,3	-40,79	69.490,1	7.907,1	-88,62
Empr. Antec. Receita	0,0	0,0	-	62.614,3	0,0	-100,00
Outras	1.780,7	1.054,3	-40,79	6.875,8	7.907,1	15,00
Total da Receita	259.199,3	605.271,6	133,52	2.347.060,1	3.425.375,8	45,94

Fonte: S.A.F. 1994 transformado em R\$ pela URV média e inflacionado até o correspondente mês de 1995 pelo IPC-FIPE